

A INFLUÊNCIA DA VISÃO ECONOMICISTA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Edva Emanuelle Gomes da Silva¹
Georgia Sobreira dos Santos Cêa²

RESUMO

O texto problematiza o grau de autonomia dos países periféricos na condução das políticas educacionais frente à ação de organizações multilaterais e transnacionais na educação. Assim, o estudo objetiva discutir sobre a influência dos organismos internacionais na concepção de educação adotada pelas políticas públicas educacionais de países periféricos. Os organismos em questão são o Banco Mundial e as agências da Organização das Nações Unidas (Unesco, Unicef e PNUD), os quais propõem para a educação pública um conjunto de orientações pautado numa visão economicista, que interfere na autonomia das escolas públicas e na formação por elas oferecida. O referencial teórico-metodológico que fundamentou a análise inclui: pesquisa bibliográfica, em que foram selecionados os autores: Koritiake (2010), Frigotto (2010, 2013, 2015), Bernussi (2014), Dale (2014) e Libâneo (2016), e pesquisa documental, em que foram levantados documentos sobre educação elaborados por alguns organismos internacionais, como Nações Unidas (2015), UNESCO (2020) e *World Bank* (1995). Os principais resultados encontrados indicam que as prescrições para as políticas públicas de educação elaboradas pelas referidas organizações multilaterais reduzem a formação dos alunos ao mercado de trabalho, sem proporcioná-los uma formação integral em que eles possam desenvolver suas dimensões intelectuais, emocionais, físicas, sociais e culturais. Bem como, essas instituições desconsideram as especificidades educacionais das regiões em que atuam, pois propõem em seus documentos e ações uma homogeneização da educação pública por meio do alcance dos resultados, padrões e desempenho estabelecidos pelos organismos internacionais.

Palavras-chave: Organismos internacionais, Economicismo, Educação pública.

INTRODUÇÃO

A autonomia dos Estados nacionais na condução da política educacional é um desafio a ser perseguido para o atendimento das necessidades educacionais de um país, considerando suas especificidades e necessidades. Entretanto, especialmente a partir da década de 1990, tem sido crescente a influência de organismos internacionais sobre sistemas de ensino, com destaque para os países periféricos. Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são exemplos de organismos internacionais que, segundo Frigotto (2015, p. 217), atuam como “intelectuais

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduada pelo Curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes (UNIT); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE-CNPq/Ufal). edvagomes@yahoo.com.br

² Professora orientadora: Doutora; professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE-CNPq/Ufal). gecea@uol.com.br

coletivos do sistema capital”, divulgando ideias e sugerindo medidas que reforçam a submissão da função social da educação ao regramento econômico, segundo os interesses do grande capital.

A partir dessa perspectiva economicista da educação, os organismos internacionais sustentam a necessidade de que os países enfrentem a pobreza por meio da educação e, por isso, divulgam uma agenda modernizadora para a reforma dos sistemas educacionais. Em função desse contexto, o estudo em questão pretende colaborar com o debate sobre a ampla atuação dessas instâncias na educação pública, sobretudo nos países periféricos, que têm interferido no planejamento, elaboração e execução de suas políticas públicas em educação. Ao problematizar o grau de autonomia desses países na condução das políticas educacionais, o estudo objetiva discutir sobre a influência dos organismos internacionais na concepção de educação adotada pelas políticas públicas educacionais. Na sequência, o texto apresenta aspectos metodológicos do estudo, argumenta sobre o tema, discute os resultados das reflexões e indica, ao final, ideias à guisa de conclusão.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o texto trata de um estudo teórico orientado pela perspectiva crítica, produzido por meio da pesquisa bibliográfica na base de dados Scielo, nos periódicos e repositórios de algumas universidades brasileiras e nos anais de eventos na área educacional, em que foram levantados alguns referenciais teóricos que abordam o assunto em debate, como Koritiake (2010), Frigotto (2013, 2015), Bernussi (2014), Dale (2014) e Libâneo (2016). Adicionalmente, são feitas referências a alguns documentos norteadores de políticas para a educação pública, elaborados por organizações multilaterais, a exemplo de *World Bank* (1995), Nações Unidas (2015) e Unesco (2020).

A pesquisa bibliográfica utilizada neste trabalho é compreendida como um resgate crítico da produção teórica sobre o tema investigado (FRIGOTTO, 2010). Para realizá-la foram realizadas consultas na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), em páginas eletrônicas de periódicos e de repositórios de algumas universidades, além de anais de eventos na área educacional. Foram utilizadas as chaves de busca “organismos internacionais e educação/economicismo na educação e organismos internacionais”, com o objetivo de encontrar produções que abordassem criticamente a influência economicista de instituições transnacionais na concepção de educação adotada pelas políticas públicas educacionais.

O estudo documental buscou informações que contribuam com a apreensão do fenômeno a ser estudado (BONOTTO *et al*, 2015). Para efetivá-lo, foram acessados os *sites* oficiais dos organismos internacionais do Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando obter documentos – relatórios e materiais norteadores sobre educação – que tratassem da concepção de educação defendida por essas entidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As organizações multilaterais têm influenciado amplamente as políticas públicas educacionais com a prescrição de recomendações a serem seguidas, principalmente pelos países periféricos, como o Brasil (LIBÂNEO, 2016). Segundo o autor, a atuação dessas instâncias na educação pública configura um processo de internacionalização, em que os sistemas educacionais dos países são modelados conforme as expectativas das instituições transnacionais vinculadas às maiores potências econômicas do mundo (LIBÂNEO, 2016).

Pelo grau de influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais de inúmeros países e pelo conjunto de propostas que sustentam, Dale (2000) denomina esse conjunto de agenda globalmente estruturada para a educação. Como “guardiães da reprodução e segurança do capital”, os organismos internacionais “passam [a] educar intelectuais para difundirem [...] novas noções e estimularem reformas educativas para ajustar os sistemas educacionais à nova (des)ordem mundial” (FRIGOTTO, 2013, p. 11).

Nessa direção, um dos primeiros organismos internacionais a exercer influência na educação pública é o Banco Mundial, em especial a partir da década de 1960. Na concepção deste organismo, a educação é um meio para desenvolver a capacidade humana em torno da eficiência econômica, sob o argumento de que a educação básica – reduzida aos anos iniciais do ensino fundamental – é mais viável para dar retornos econômicos e sociais aos investimentos feitos pelo Banco (BERNUSSI, 2014). Nessa concepção, a educação é entendida como uma forma de combater à pobreza (KORITIAKE, 2010).

No documento *Priorities and Strategies for Education*, elaborado em 1995 e ainda hoje referenciado, o BM estabelece que um dos princípios para a educação dos países mais pobres superarem os seus desafios é a adoção de um conjunto de reformas no financiamento e na gestão educacional. Entre as mudanças a serem implementadas ganham destaque a atenção nos resultados para definir e monitorar as prioridades públicas, a definição de padrões de

atuação e de rendimento de estudantes, o monitoramento do desempenho de profissionais da educação e, por fim, a focalização dos gastos públicos (WORLD BANK, 1995).

Tais mudanças na educação propostas pelo Banco Mundial, por intermédio de reformas nos sistemas educacionais, são baseadas na lógica do setor privado, a exemplo do foco nos resultados, nos padrões e no desempenho, desconsiderando especificidades, necessidades e projetos educacionais específicos nas diversas regiões dos países (KORITIAKE, 2010). Dessa forma, como indica o referido autor, fica claro que a lógica privatista é algo que perpassa, fundamentalmente, as atividades que o BM desenvolve na educação dos países periféricos, inclusive, mediante a aplicação de sanções àqueles que descumprem ou não conseguem atender às condições que o Banco estabelece ao conceder seus empréstimos (BERNUSSI, 2014).

Outra organização multilateral que tem influenciado a condução da educação pública em países periféricos é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A sua principal diretriz é auxiliar os países-membros a alcançarem todas as metas do Movimento Educação para Todos³, por meio do apoio e do acompanhamento técnico de políticas nacionais de educação, forçosamente centradas na concepção de educação como estratégia para o desenvolvimento social e econômico dos países (UNESCO, 2020).

Para tanto, desde o ano de 1960 a Unesco organiza conferências internacionais e reuniões regionais – na África, Ásia e América Latina – e envia especialistas aos países para aconselharem governos na elaboração de seus respectivos planejamentos educacionais, com vistas ao desenvolvimento econômico, resultando na definição de metas para a educação e na aplicação periódica de avaliações com o objetivo de verificar se os países signatários conseguiram alcançá-las ou não (BERNUSSI, 2014).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é mais uma organização multilateral que tem ampliado sua influência sobre os sistemas públicos de educação, em especial a partir da década de 1990, quando é elaborado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que inclui a educação como importante instrumento a ser priorizado pelos governos dos países mais pobres para o avanço econômico (UNDP, 1990). Todavia, ao considerá-la um instrumento para promover o desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza, o PNUD expressa, em sua concepção de educação, um foco direcionado a uma formação restrita dos sujeitos, visando à futura inserção dos mesmos no mercado de

³Conforme Bernussi (2014), o Movimento Educação para Todos é um movimento internacional criado na década de 1990 por alguns organismos internacionais, como o BM e a UNESCO, com o interesse em propagar padrões educacionais internacionais nas políticas de cada país, visando uniformizar seus respectivos sistemas educacionais.

trabalho, e não necessariamente uma formação integral que considere os aspectos intelectuais, emocionais, físicos, sociais e culturais dos alunos.

Ademais, essa concepção de educação suscitada pelo PNUD pode contribuir para a responsabilização individual dos sujeitos em relação ao desenvolvimento econômico, a exemplo da disseminação do discurso equivocado de que as economias dos países periféricos têm dificuldades para crescer devido à falta de qualificação profissional das pessoas, como se o alcance de um determinado nível de crescimento econômico dependesse meramente do indivíduo, em especial, daqueles que compõem a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2013, 2015).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância também se constitui como uma instituição transnacional de grande influência na educação pública, por intermédio de programas educacionais que visam promover o desenvolvimento nacional dos países, sobretudo, nas regiões periféricas (BERNUSSI, 2014). Esta autora explicita que os investimentos do Unicef são oriundos dos governos e do setor privado e funcionam como um complemento das atividades desenvolvidas por outros organismos internacionais, como o BM, a Unesco e o PNUD, direcionadas para a obtenção de desenvolvimento social e econômico dos países periféricos.

Em face da discussão empreendida, três questões fundamentais surgem para o debate sobre a influência de organismos internacionais na condução de políticas educacionais dos países periféricos.

Em primeiro lugar, é pertinente enfatizar que o Banco Mundial, a Unesco, o PNUD e o Unicef, apesar de serem instituições transnacionais que atuam em áreas distintas, compartilham de uma mesma concepção de educação pautada em uma visão economicista, fortemente atrelada à ideia de capital humano. Segundo Frigotto (2013), essa concepção educacional caracteriza-se pela adoção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores considerados como necessários para potencializar a força de trabalho e intensificar a produtividade do trabalhador, logo, para explorá-lo de forma mais intensa. Por conseguinte, as políticas públicas educacionais dos países periféricos, ao aderirem a esses aspectos apontados pelos organismos internacionais, priorizam uma educação que forma os alunos apenas para o mercado de trabalho, sem propiciar uma formação integral em que eles possam desenvolver suas dimensões intelectuais, emocionais, físicas, sociais e culturais (KORITIAKE, 2010; FRIGOTTO, 2013, 2015; BERNUSSI, 2014; LIBÂNEO, 2016).

Em segundo lugar, como decorrência dessa perspectiva economicista, as reformas propostas pelos organismos internacionais pressupõem a superioridade do mercado frente à

ação do poder público. Assim, os governos, embora conduzam políticas públicas que devem se voltar para a maioria da população, devem fazê-lo segundo princípios e medidas típicas do setor privado. A aplicação dessa lógica à esfera educacional provoca, entre outros aspectos, a redução das possibilidades de democratização dos sistemas e instituições e, em última instância, a redução das propostas educacionais ao atendimento de demandas da economia.

Por fim, é importante ainda destacar que, em sua atuação junto aos países periféricos, os organismos internacionais desconsideram as especificidades educacionais das regiões, uma vez que propõem, em seus documentos e projetos, a padronização de princípios e ações para a educação. Logo, conclui-se que a concepção de educação preconizada pelos organismos internacionais não está circunscrita a uma mera sugestão de alterações de ordem semântica, a exemplo da mudança nos conceitos, objetivos, ações e conteúdos a serem trabalhados na educação. Ao contrário, estes aspectos, ao serem modificados por intermédio das prescrições feitas pelas organizações multilaterais, influenciam profundamente a tomada de decisão dos países em matéria educacional, sem que a sociedade reflita sobre as implicações que isso pode gerar para a qualidade e a autonomia da educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto ao longo do presente trabalho, é possível concluir que as organizações multilaterais possuem uma intencionalidade que, à primeira vista e sem uma análise crítica, aparenta apenas uma preocupação com a educação e com as pessoas que vivem nos países periféricos. Isso pode ser visto, por exemplo, nas propagandas veiculadas pela grande mídia, em que as ações humanitárias promovidas pelas instituições transnacionais são sempre destacadas.

Por um lado, não se pode negar que a ajuda humanitária realizada por essas entidades – como alimentação, ações de saúde, saneamento básico etc. – levam contribuições para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e em pobreza extrema. Por outro lado, não se pode perder de vista que tais ações, incluindo aquelas realizadas na área da educação, objetivam viabilizar o atendimento dos interesses e metas das grandes potências econômicas, espalhados no conjunto de ideias e práticas dos organismos internacionais. Desse modo, a ajuda humanitária não pode ser dissociada da intencionalidade de influência dos organismos internacionais na condução das políticas econômicas e sociais dos países periféricos, incluída aí a educação.

A disseminação de abordagens e discursos, a padronização de objetivos norteadores das políticas educacionais e das técnicas e instrumentos utilizados para atingi-los e o

condicionamento de apoio técnico e financeiro ao atendimento desses aspectos são elementos que indicam a influência dos organismos internacionais no processo da tomada de decisões dos países periféricos.

Tal influência, em boa medida, encontra terreno fértil especialmente em países cujos governos são dirigidos por grupos políticos compromissados com os setores privados da população, em especial os grandes grupos empresariais. Dessa forma, é importante que entidades da sociedade civil organizada, articuladas às causas dos trabalhadores e da população mais pobre, consolidem suas propostas educacionais, na direção da afirmação da democracia, da igualdade e da valorização humana.

Portanto, evidencia-se a necessidade da sociedade, em especial da comunidade científica e dos sujeitos que estão, cotidianamente, atuando no chão da escola pública, observarem atenta e criticamente as intencionalidades subjacentes às ações contínuas e sistemáticas dos organismos internacionais na educação pública. Diante disso, novas pesquisas são imprescindíveis, especialmente com uma análise direcionada não apenas para a interferência transnacional nas políticas educacionais no âmbito nacional dos países periféricos, mas também nas esferas estadual e municipal, nas quais essas instâncias multilaterais têm desenvolvido diversas atividades na educação pública.

REFERÊNCIAS

BERNUSSI, M. M. **Instituições internacionais e educação**: A agenda do Banco Mundial e do *Education For All* no caso brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-13102014-170412/publico/Mariana_Medeiros_Bernussi.pdf> Acesso em: 02 dez. 2018.

BONOTTO, D. de L. *et al.* Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4, 2015, Aracaju. **Anais do IV Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. Aracaju: UNIT, 2015. p. 243-247. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>> Acesso em: 25 mar. 2019.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, 2004. p. 423-460. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 abr. 2019.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, n. 13, v. 20, 2015, p. 206-233.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FRIGOTTO, G. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: **Cortez**, 2010. p. 75-100.

_____. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. Chapecó: **Sinproeste**, 2013. Disponível em: <<http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2021.

KORITIAKE, L. A. Atuação dos organismos internacionais na educação. *In:* CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1, 2010, Elvas. **Anais do I Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Elvas: ANPED, 2010. p. 1-21. Disponível em: <<https://silo.tips/download/atuaao-dos-organismos-internacionais-na-educao>> Acesso em: 02 dez. 2018.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2018.

UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: UNDP, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf> Acesso em: 07 mai. 2020.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> Acesso em: 05 mai. 2020.

WORLD BANK. Six key reforms. *In:* WORLD BANK. **Priorities and Strategies for Education: A World Bank Review**. Washington: World Bank, 1995. p. 89-134. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/117381468331890337/pdf/multi-page.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2020.